



ACÓRDÃO Nº698/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11723/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Hospital e Pronto Socorro da Criança – ZONA OESTE.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Julia Fernanda Miranda Marques (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Mauricio Lima Seixas - OAB/AM 7881.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1839/2021-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital e Pronto Socorro da Criança – ZONA OESTE. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da **Sra. Julia Fernanda Miranda Marques**, responsável pelo Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Oeste, exercício de 2018, pelas irregularidades constantes dos itens 3 e 5 da Notificação nº 624/2019-DICAD, quais sejam: **a)** fracionamento de despesas e pagamentos realizados através de processos indenizatórios; e **b)** ausência de nota explicativa ao Balanço Patrimonial, nos termos do art. 22, inciso III, “a” e “c” da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 188, §1º, inciso III, “a” e “c” da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa à **Sra. Julia Fernanda Miranda Marques** no valor de **R\$15.000,00** (quinze mil reais), nos termos do art. 54, inciso VI da Lei Orgânica do TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal e regulamentar, quais sejam: **a)** fracionamento de despesas e pagamentos realizados através de processos indenizatórios; e **b)** ausência de nota explicativa ao Balanço Patrimonial, em descumprimento ao artigo 37, inciso XXI da Carta Magna, ao artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, bem como descumprimento ao NBC T 16 e ao MCASP, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor



ACÓRDÃO Nº698/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Dar ciência a Sra. Julia Fernanda Miranda Marques acerca do decidido, através de seu patrono.

11- Ata: 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 21 de Julho de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Presidente, em substituição

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral